

OS FUNDAMENTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Janyara Silva dos Santos¹

Joelma Maria Silva dos Santos²

Manuella Wallesy de Siqueira Lessa³

Maria Alcina T. Lins⁴

Marcelo Góes Tavares⁵

Serviço Social



ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade apresentar um estudo sobre os fundamentos sociais, econômicos e políticos da sociedade capitalista no contexto histórico, tendo como ponto de partida a Revolução Industrial; abordando as transformações societárias, dentro de um contexto de conflitos, entre a classe trabalhadora e a burguesia apresentando-se assim, a sociedade capitalista e suas contradições, como é a questão social, que exige a atuação do Estado mediante políticas sociais que em nada alteram a essência antagônica desse modo de produção.

PALAVRAS-CHAVE:

Capitalismo. Questão Social. Estado. Política Social.

ABSTRACT

This article aims to present a study on the social, economic and political foundations of capitalist society in the historical context, taking as its starting point the Industrial Revolution. Addressing societal transformations, within a context of conflict between the working class and the bourgeoisie presenting thus the capitalist society and its contradictions, the genesis of the social issue, the social function of the state and the emergence of social policy.

KEYWORDS:

Capitalism. Social Issue. State. Social Policy.

1 INTRODUÇÃO

O debate referente à sociedade capitalista e suas contradições são recorrentes de investigações nas ciências sociais, que é uma ciência que estuda os aspectos sociais humanos e investiga a relação entre os fenômenos da sociedade e como estes se processam no cotidiano dos indivíduos. O propósito desse estudo bibliográfico é abordar os fundamentos sociais, econômicos e políticos da sociedade capitalista numa perspectiva crítica, baseada em autores marxistas e marxianos, evidenciando o fundamental papel desempenhado pelo Estado e suas políticas na mediação dos conflitos de classe.

O texto discorre sobre a sociedade capitalista e suas contradições, demonstrando que na sociedade capitalista o burguês obtém riqueza por meio da exploração do homem pelo homem. É uma forma de sociabilidade em que a classe trabalhadora, expropriada dos seus meios de produção e das condições de realização do trabalho, é obrigada a vender sua força de trabalho para sobreviver, enquanto que a classe burguesa (detentora dos meios de produção e da matéria-prima) se apropria da riqueza socialmente produzida, reafirmando assim, a contradição inerente a sociabilidade burguesa.

Decorrente desta contradição entre capital e trabalho, evidencia-se a denominada questão social, que pode ser demonstrada em fenômenos decorrentes da exploração do homem pelo homem, tais como o desemprego, a violência, a fome, a miséria etc. Ou seja, no capitalismo, quanto mais o trabalhador vende sua força de trabalho, mais pobre espiritualmente e materialmente ele se torna. O trabalho desempenhado por esta classe serve para aumentar a riqueza da burguesia.

Nesse contexto, também é importante discorrer sobre a função social do Estado, que serve para conter os conflitos entre burguesia e proletariado, atendendo não exclusivamente, mas prioritariamente os interesses da burguesia e de forma mínima aos interesses da coletividade, além de oprimir a classe trabalhadora, fazendo o possível para que não se manifeste contra a ordem capitalista, atuando com repressão contra aos que ameaçam a ordem estabelecida.

Assim, visando minimizar estas contradições e desigualdades, são criadas as políticas sociais que, embora sejam frutos das lutas da classe trabalhadora, ao reivindicarem respostas ao Estado, diante de suas condições precárias de vida e de trabalho, estas se constituem, também, como uma estratégia do capital para controle e arrefecimento da luta dos trabalhadores, pois, atendem minimamente as reivindicações da classe trabalhadora, sem alterar a essência do modo de produção capitalista.

2 A SOCIEDADE CAPITALISTA E SUAS CONTRADIÇÕES

De acordo com Marx (2013) a sociedade capitalista consolida-se na Revolução Industrial, quando as máquinas são introduzidas no processo de produção das mercadorias. Tal forma de sociabilidade é marcada pela relação de contradição e antagonismo entre as duas classes sociais fundamentais, a burguesia, classe dominante e detentora dos meios de produção e o proletariado, classe dominada, que vende sua força de trabalho para manter sua sobrevivência e de sua família.

Desse modo, mediante a exploração do trabalhador, a parte que excede o valor de sua produção/reprodução é apropriada pelo capitalista – “a relação capital/trabalho, personalizada na relação capitalista/proletário, consiste, pois, na expropriação (ou extração, ou extorsão) do excedente devido ao produtor direto (o trabalhador): é nessa relação de exploração que se funda o MPC” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 101). Seu contexto histórico é baseado em um conjunto de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais a partir do desenvolvimento das forças produtivas.

Compreende-se, assim que o modo de produção capitalista (MPC) refere-se ao ordenamento social em que os produtores diretos foram despojados dos meios de produção e obrigados a vender sua força de trabalho que é transformada em mera mercadoria¹ ao capitalista, que os emprega; em troca eles recebem um salário, tem parte de seu trabalho a mais-valia² expropriada, alienada, explorada, pelo capitalista (LESSA; TONET, 2008). E sua essência é baseada na exploração do homem pelo homem por meio da produção da mais-valia, onde a burguesia se apropria da mercadoria força de trabalho³ do trabalhador.

1 Para Marx (2013, p. 113) a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada da coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção.

2 Para Marx em *O Capital* (2013, p. 578), mais-valia: é a extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais-trabalho pelo capital.

3 A força de trabalho é a única mercadoria que gera um valor muito maior do que ela produziu. O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio (MARX, 2013, p. 587).

É inegável, porém, que a sociedade burguesa favorece majoritariamente o processo de acumulação, onde a riqueza é concentrada nas mãos de poucos. Pois, “a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital” (MARX, 2013, p. 578), portanto, esta é a forma assumida pelo trabalho excedente na produção capitalista, ou seja, um trabalho assalariado, alienado, em que o trabalhador não se reconhece no produto que ele mesmo produziu.

O que importa para o capitalista são os lucros, que é a força motriz desta sociedade, o mesmo não se importa com as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. O capitalista é detentor dos meios de produção e o trabalhador só tem a oferecer nesta sociedade a venda da sua força de trabalho que é extraída no processo de produção. Afinal,

O capitalismo visa sempre o lucro e desta forma é o “objetivo, a motivação e a razão de ser do seu protagonismo social”, que é o resultado da realização da mais-valia, que é extraída dos trabalhadores no processo de produção. Sendo assim, o capitalista, dispondo de uma soma de dinheiro (D), compra mercadorias (M) – máquinas, instalações, matérias (brutas e primas) e força de trabalho – e, fazendo atuar, com a ajuda das máquinas e dos instrumentos, a força de trabalho sobre matérias no processo de produção (P), obtém mercadorias (M') que vende por uma soma de dinheiro superior à que investiu (D'). É para apropriar-se dessa quantia adicional de dinheiro, o lucro, que o capitalista se movimenta. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 96).

É oportuno lembrar que com a Revolução Industrial esse processo de exploração foi se intensificando, e segundo Netto e Braz (2006) a jornada de trabalho se desdobrou em duas partes: em uma o trabalhador produzia o valor correspondente ao que cobria sua reprodução, este denominado de tempo de trabalho socialmente necessário. E, na outra parte, o trabalhador produzia o valor excedente, a mais-valia que lhe é extraído pelo capitalista, tal parte denomina-se tempo de trabalho excedente. Essa sistemática permanece inalterada.

Com isso o modo de produção capitalista é ao mesmo tempo processo de produção e reprodução do capital e sabemos que para gerar o lucro é preciso que a mercadoria produzida seja vendida para que ocorra a mais-valia que ao ser transformada em capital realiza a acumulação do capital, e como a sociedade precisa consumir bens para a sua existência, ocorre então a circulação do capital. E de acordo com Marx (2013, p. 641),

[...] qualquer que seja a forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, os mesmos estágios. Assim como uma sociedade não

pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir. Portanto, considerando do ponto de vista de uma interdependência contínua de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução.

Sendo assim, para que ocorra a acumulação do capital é preciso que o capitalista utilize parte da mais-valia apropriada, na aquisição de tecnologias, que permite a redução de custos e contratação de mais força de trabalho para ampliação do capital, ou seja, com esse lucro ocorrerá a super acumulação do capital.

E de acordo com Netto e Braz (2006), a acumulação do capital concentrada nas mãos da burguesia, acarreta sérios prejuízos à classe trabalhadora, pois com as inovações tecnológicas aumenta o índice de desemprego, caracterizando o que Marx (2013) definiu como exército industrial de reserva⁴ ou superpopulação relativa, que são os trabalhadores disponíveis para serem explorados pelo capital.

E ainda de acordo com Marx (2013, p. 707),

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavancada acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional.

Segundo Marx (2013) o exército industrial de reserva é composto por parcela da população que resulta na ampliação do pauperismo⁵, fortemente relacionado com a escassez de empregos. É importante salientar que, o exército industrial de reserva permite a queda dos salários, no entanto, “não resulta de uma intenção consciente da classe capitalista, embora esta sirva dele estrategicamente para seus objetivos” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 134), haja vista, o exército industrial de reserva faz parte da dinâmica do capitalismo.

4 Exército industrial de reserva é um conceito desenvolvido por Karl Marx em sua crítica da economia política, e refere-se ao desemprego estrutural da economia capitalista. O exército de reserva corresponde à força de trabalho que excede as necessidades da produção.

5 “Pauperismo é resultado da organização capitalista do trabalho, não apenas como resultado da distribuição da renda – mas da própria produção – e, portanto das relações entre as classes -, atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais, que se afirmam como inteiramente necessitados [...] material quanto espiritualmente” (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

No próximo item abordaremos a gênese da questão social que é resultado da polarização entre a riqueza e a pobreza proveniente do modo de produção capitalista.

3 A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL NA EUROPA

A expressão “questão social” passa a ser utilizada no século XIX. Era uma expressão para tratar a pobreza absoluta advinda do desenvolvimento do capitalismo industrial. Relacionava-se ao pauperismo, em que, quanto mais se produzia a riqueza, mais aumentava a pobreza para a classe trabalhadora. Netto (2011) revela que os trabalhadores tinham a capacidade de gerar bens e serviços, mas não podiam se apropriar nem se satisfazer dessas necessidades. Pela primeira vez na história registrada, “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2011, p. 153).

E de acordo com MARX (2013, p. 209):

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição da existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza.

Nesse sentido, a pauperização compõe a lógica nefasta do processo de acumulação capitalista. Segundo esta lógica, o trabalhador é meio para elevação da força produtiva do trabalho o que implica o fato de todos os recursos empregados para desenvolvimento da produção transformar-se em meios de dominação, exploração e opressão do produtor.

Com efeito, a pobreza é algo necessário para manutenção do exército industrial de reserva, sem contar que era naturalizada e desta forma a pobreza não era vista como fruto das contradições entre capital x trabalho. O pobre quando não queria vender a sua força de trabalho era tido pela sociedade como desajustado e era tratado com punição severa, de forma que intimidassem aos demais trabalhadores (ENGELS, 2008).

Pela primeira vez na história, quanto mais a sociedade produzia bens e serviços, mais aumentava a população carente que não tinha acesso a tais bens e serviços, de pessoas despossuídas de condições de vida condignas. Cabe salientar, que para a classe burguesa, diga-se para o pensamento conservador, era imprescindível que os pauperizados se mantivessem conformados com sua situação de miserabilidade e aceitassem que eram vítimas do seu próprio destino (NETTO, 2011, p. 43). Pois, somente assim, a classe burguesa poderia manter sua hegemonia e continuar o processo de desenvolvimento (consolidação) do capitalismo.

Os pauperizados, contrariando os interesses da classe burguesa, não se conformaram com a situação de miserabilidade que se encontravam, e iniciaram protestos reivindicando melhores condições de subsistência, configurando, assim, uma

ameaça real às instituições sociais existentes. Foi nesse momento que o pauperismo designou-se como “questão social” (NETTO, 2011, p. 43). Assim, pode-se afirmar que:

[...] o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tomando potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (NETTO, 2011, p. 157).

Outro aspecto importante sobre a questão social, é que ela está vinculada ao empobrecimento da classe trabalhadora, ao desemprego e ao exército industrial de reserva. À medida que crescia a riqueza, aumentava a pobreza, isso está vinculado também ao desenvolvimento urbano e a industrialização, as condições de trabalho são degradantes. Com a inserção das máquinas o operário produz cada vez mais em menos tempo, gerando capital constante e diminuindo capital variável.

Além disso, muitas foram às lutas e resistências dos movimentos da classe operária diante dos avanços tecnológicos e as novas formas de gestão e organização do trabalho, que em diversas experiências históricas implicaram na substituição de operários por máquinas. Os operários, por sua vez, entendiam que as máquinas eram responsáveis por suas condições de pobreza. Porém seus verdadeiros inimigos eram os capitalistas, ou seja, os donos das propriedades privadas. Os trabalhadores não reconheciam que a gênese de todos os problemas dos trabalhadores residia na propriedade privada (SANTOS, 2012).

Reforçando essa ideia, Netto (2011) nos esclarece que, à época, a questão social era naturalizada pelo pensamento confessional, ou seja, afirmava-se que a pobreza era natural e que, ela poderia ser minimizada e reduzível. A questão social não era entendida como um problema econômico-social; reduzindo a culpa das contradições sociais ao próprio indivíduo por sua condição de pobreza. No âmbito do pensamento conservador, a questão social, numa operação simultânea à sua naturalização foi convertida em objeto de ação moralizadora.

Foi nesse contexto que a classe trabalhadora se tornou alvo das preocupações dos filantropos na assistência social. De acordo com Santos (2012, p. 112):

No seu conjunto as ações de adeptos do reformismo social incidem sobre o pauperismo numa ação preventiva de facções da burguesia às reações dos trabalhadores às condições sociais resultantes do pauperismo, frequentemente denominadas de “questão social”.

Assim, em decorrência das suas próprias condições de vida e de trabalho, os indigentes na Inglaterra se viram obrigados a recorrer à caridade pública e a submeter-se aos horrores das chamadas *workhouses*⁶. É importante mencionar que, para garantir que esse “auxílio” só fosse prestado nos casos mais urgentes, fez-se destes asilos a mais execrável instituição concebida.

Assim, coube ao movimento socialista dá o tom de caráter reivindicatório às lutas dos operariados, por meio de reivindicações por melhores condições de subsistência e de trabalho, considerando seus aspectos materiais e espirituais, aumentando, assim, a pressão sobre o Estado, exigindo sua intervenção na esfera econômica e social, em termos de legislação trabalhista bem como na melhoria das condições de vida⁷. Vejamos a basilar função social do Estado diante destas contradições, principalmente a partir do capitalismo monopolista.

4 A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CAPITALISMO MONOPOLISTA

O capital monopolista teve início nas últimas duas ou três décadas do século XIX, no momento em que a concentração e centralização do capital, se davam na forma dos trustes e cartéis, e quando a estrutura moderna da indústria e das finanças capitalistas tomou forma (BRAVERMAN, 1987). De acordo com suas palavras:

O capitalismo monopolista abrange o aumento de organizações monopolistas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e o movimento mundial do capital, bem como as mudanças na estrutura do poder estatal. (BRAVERMAN, 1987, p. 216).

Assim, é no processo de desenvolvimento capitalista que se criam as condições objetivas para o surgimento do capitalismo monopolista, no qual a intervenção do Estado na economia torna-se imprescindível, assim, o Estado começa a intervir na questão social, mediando o conflito existente entre capital e trabalho.

Ainda nesse sentido, o autor nos explica que o poder do Estado sempre esteve direcionado para o desenvolvimento do capitalismo, na medida em que decreta impostos, regula o comércio, as terras públicas, e o encargo da administração pública

⁶ As *workhouses* eram prisões, e quem não realizava sua cota de trabalho, não recebia alimentação e para sair dependia da permissão de um diretor.

⁷ Neste período foram criadas algumas iniciativas de protoformas como: Estatuto dos Trabalhadores de 1349; Estatuto dos Artesãos de 1563; Lei dos Pobres Elisabetanas de 1531-1601; Lei de Domicílio de 1662; Lei Speenhamlad de 1795; e Poor Law de 1834 (Lei dos Pobres), com caráter repressivo e punitivo e agiam na intercessão da assistência social e do trabalho forçado (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 48)

têm servido como aparelho para drenar a riqueza para as mãos de grupos especiais, tanto por meios legais como ilegais. Contudo, no período monopolista este papel é acentuado e assume uma forma mais complexa (BRAVERMAN, 1987).

No que diz respeito à questão do Estado, Tonet (2007) cita que Marx defende fundamentalmente, que o Estado é o princípio de ordenamento da sociedade civil e tem sua raiz no antagonismo de classes. Na primeira tese o Estado é o ordenamento da sociedade. Ele repousa sobre a contradição de vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Sendo que a vida privada e os interesses particulares caracterizam a sociedade civil.

E ainda conforme o autor o Estado é um reflexo dos interesses econômicos, entre a burguesia que manda e um Estado que obedece, e é principalmente, mas não exclusivamente a favor dos interesses burgueses. Atua de forma mínima diante dos interesses dos trabalhadores.

Em particular, durante o capitalismo monopolista, a intervenção estatal era direcionada para garantir os superlucros dos monopólios, o Estado atuava como um instrumento de organização da economia. Conforme Netto (2011, p. 26), "o Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista – ele é o seu Estado [...] opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e valorização do capital monopolista". Contudo, cabe destacar, que o capitalismo monopolista cria – com sua dinâmica e contradições – condições tais que o Estado torna-se permeável às reivindicações das classes subalternas (proletariado), uma vez que todo esse processo é tencionado pelos conflitos resultantes da contradição entre capital / trabalho.

É somente nestas condições que as expressões da questão social tornam-se objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado, tornando-se alvo de políticas sociais. Assim, é através da política social, que o Estado burguês procura administrar as sequelas da questão social, com vistas a preservar e controlar a força de trabalho, assegurando as condições adequadas ao desenvolvimento do capitalismo monopolista; porém não podemos deixar de ressaltar que as políticas sociais decorrem, também, da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto de trabalhadores em prol de melhorias de vida e de trabalho.

Segundo Netto (2011, p.33):

[...] as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas.

Entretanto, a intervenção estatal sobre a questão social se processa de maneira fragmentada e parcializada, pois o Estado burguês converte as refrações da questão social em problemas sociais, culpabilizando o indivíduo pela sua situação de miséria, ou seja, há um enquadramento dos grupos e indivíduos segundo uma ótica de individualização que transfigura os problemas sociais em problemas pessoais (privados). Desse modo, a tendência era psicologizar a vida social, ou em outros termos,

havia uma ênfase na individualização dos problemas sociais, uma remissão à problemática singular (psicológica) dos sujeitos afetados; transferindo a sua atenuação para a modificação e/ou redefinição de características pessoais do indivíduo.

As políticas sociais, ao atuarem sobre as sequelas da exploração capitalista por meio de benefícios indiretos impostos e organizados pelo Estado, atuam como deslocadoras das contradições que se dão ao nível das relações de produção. As instituições sociais e assistenciais convertem-se em instrumento de controle social e político dos setores pauperizados e de manutenção do sistema capitalista vigente, seja pela absorção dos conflitos sociais ou pelo disciplinamento das relações sociais.

Desta forma as primeiras ações de políticas sociais foram compreendidas na relação de continuidade entre Estado liberal e Estado social. Assim percebemos que ambos têm um ponto em comum que é o reconhecimento de direitos sem alterar os fundamentos do capitalismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Pois, conforme esclarece Lênin (2010), o Estado é um instrumento de opressão de classe, é impotente para alterar a sociedade civil, pois os males sociais fazem parte da sociedade civil. A degradação da vida dos trabalhadores é um resultado ineliminável da forma das relações sociais do trabalho. E para Netto (2011) o Estado atua como protetor dos interesses capitalista, no qual ultrapassa a fronteira garantidora da propriedade privada dos meios de produção da burguesia. Em outras palavras a função do Estado está ligada a funções econômicas e sua necessidade de intervenção depende das demandas do capitalismo.

Desta forma, segundo Behring e Boschetti (2008, p.64):

A generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX.

Behring e Bochetti (2008), explicam que as políticas sociais surgiram de forma gradativa e diferenciada em alguns países, de acordo com os movimentos e reivindicações da classe trabalhadora e na correlação de forças no âmbito do Estado e somente no final do século XIX que ele passa a assumir e a realizar ações sociais mais amplas, planejadas e sistematizadas sob caráter de obrigatoriedade.

As políticas sociais se expressam no Estado como forma de enfrentamento das lutas sociais. Surgem na medida em que as expressões da questão social se intensificam para o Estado, enquanto organização sociopolítica. Elas são apenas umas das expressões do processo desta problematização, pois o Estado nasce da necessidade de conter os antagonismos das classes que a sociedade se mostra impotente em conciliar.

As formas de proteção social que aparecem como resposta às expressões da questão social são precarizadas e fragmentadas, engessando as políticas públicas que são realizadas de forma mínima e pontuais, e, portanto não conseguem suprir as necessidades dos trabalhadores. Afinal, também, as políticas

sociais são estratégias do capital para perpetuar a sociabilidade burguesa.

Desse modo, podemos considerar que a intervenção estatal não é neutra, faz parte de uma estratégia para conter as reivindicações da classe trabalhadora, e manter a ordem social estabelecida; de fato, o Estado é um instrumento de reprodução dos interesses da classe dominante, cuja administração pública tem um caráter classista, que visa manter o processo de exploração, dominação e opressão de uma classe sobre outra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a sociedade capitalista é contraditória, pelo fato, de que a classe trabalhadora só tem a oferecer a sua força de trabalho e a burguesia detentora dos meios de produção se apropria da riqueza produzida pelo trabalhador. É antagônica, pois a classe trabalhadora trabalha para se manter na sociedade vigente, enquanto a burguesia oprime, explora e domina o trabalhador para aumentar mais seus lucros e manter o processo de acumulação e valorização de capital.

Outro aspecto importante é que por meio da relação entre capital x trabalho surge à questão social, com o empobrecimento absoluto da classe trabalhadora. A atuação do Estado serve para manutenção da ordem da sociedade, para proteção da propriedade privada, e para conter conflitos entre burguesia e proletariado. O Estado não é neutro, é instrumento de expansão da burguesia e visa à manutenção da ordem do sistema capitalista.

Compreende-se assim que na sociedade capitalista não é possível o fim da exploração do homem pelo homem, enquanto o capital for o polo regente das relações e produção e as relações sociais. Só em outra forma de sociedade é possível a emancipação humana, sem capital, sem trabalho assalariado, sem Estado e sem classes sociais, em que a riqueza produzida seja socialmente distribuída, uma riqueza que não irá se concentrar em posse de uma pequena minoria.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica do serviço social; v. 2)

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. A Degradação do Trabalho no Século XX. 3.ed. Rio de Janeiro: GUANABARA 1987.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5.ed. São Paulo: Cortes, 2001.

IAMAMOTO, M. Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação teórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2005.

LÊNIN, V. Ilitch. 1870-1924. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1)

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 6)

TONET, Ivo. **A propósito de "Glosas Críticas"**. Maceió: EDUFAL, 2007.

Data do recebimento: 6 de setembro de 2016

Data da avaliação: 20 de setembro de 2016

Data de aceite: 3 de Outubro de 2016

1 Graduanda do curso de Serviço Social do Centro Universitário Tiradentes – UNIT-AL.

E-mail: janyara_santos@hotmail.com

2 Graduanda do curso de Serviço Social do Centro Universitário Tiradentes – UNIT-AL.

E-mail: joelmajmsantos@hotmail.com

3 Graduanda do curso de Serviço Social do Centro Universitário Tiradentes – UNIT-AL.

E-mail: manuella.wallesy@hotmail.com

4 Profa. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Docente no Centro Universitário Tiradentes – UNIT-AL.

E-mail: mariaalcinat@yahoo.com.br

5 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e docente no Centro Universitário Tiradentes – UNIT-AL.

E-mail: marce_goes@hotmail.com